

MANIFESTO

DEFENDER O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE É DEFENDER UM DOS PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO SOCIAL

Antes do 25 de Abril de 1974 o acesso aos cuidados de saúde era apenas um privilégio para alguns. Desde 1976, o direito à saúde é um direito social fundamental, constituindo um dos pilares do próprio Estado, consagrado na Constituição da República Portuguesa estando actualmente garantido que todos têm direito à protecção na saúde, através de um serviço nacional de saúde (**SNS**) universal e geral e tendencialmente gratuito.

Incumbe ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

Foi com o **SNS** que foram criados uma rede de estruturas e serviços prestadores de cuidados de saúde, com a cobertura generalizada do país. Criaram-se hospitais, centros de saúde, uma rede de cuidados de saúde primários, medicina preventiva, saúde materno-infantil, saúde sexual e reprodutiva, plano nacional de vacinação, serviços curativos e de reabilitação.

O SNS é um dos factores de progresso de Portugal que se foi aproximando aos países mais avançados no que respeita à saúde pública: a mortalidade infantil baixou significativamente, a esperança de vida aumentou e a qualidade de vida dos portugueses melhorou.

Nos últimos anos, a par do financiamento ao sector privado, sucessivos governos atacaram o SNS. Aumentaram dificuldades no acesso ao **SNS**, degradou-se a sua qualidade, enquanto foram aumentando as despesas com a saúde suportada pelos portugueses.

O actual governo PSD/CDS, continuando as políticas de direita, está a lançar o ataque mais violento à protecção social da população.

A sua política, com a privatização do que dá lucro e também de investimento no sector privado, está a criar gravíssimos problemas aos utentes do **SNS** com o encerramento de extensões de centros de saúde, serviços e valências hospitalares, urgências, maternidades, com o aumento brutal das taxas moderadoras, de preços de medicamentos dos meios de diagnóstico, de redução das participações de transportes de doentes.

Portugal foi o país da OCDE com mais cortes na saúde, havendo uma dupla penalização dos portugueses.

Na União Europeia, os portugueses são os que mais pagam, 27% das despesas totais em saúde, numa média é de 17%, sendo a participação pública das mais baixas. Já em 2011, houve uma redução das despesas de cerca de 11%, à custa dos utentes.

Cada vez há mais pessoas a não acederem aos cuidados de saúde necessários. Até Outubro de 2012 realizaram-se menos um milhão e trezentas mil consultas médicas nos centros de saúde e nas urgências houve menos quatrocentas e noventa e quatro mil pessoas. Cresce ainda o número de doentes que não compram a totalidade dos medicamentos prescritos.

Lisboa sendo uma região de grande concentração de população residente e flutuante, com uma percentagem significativa de idosos, com largas camadas muito vulneráveis, de recepção de muitos utentes e famílias de outras regiões do país sente de uma forma muito evidente todos os graves problemas de acesso à saúde, ao SNS.

O SNS não é responsável pela crise e pela recessão da economia.

O governo agora quer ir mais além, chantageando os portugueses com o relatório encomendado ao FMI, quer impor a redução das despesas públicas em quatro mil milhões de euros até final de 2014. O governo quer destruir o estado social, afrontando a Constituição da República, a par do aumento brutal do custo de vida, da carga fiscal, do desemprego e da redução também brutal dos rendimentos das famílias.

Não podemos separar o ataque aos serviços públicos do ataque aos seus trabalhadores. Os profissionais de saúde estão fartos de ser explorados e de pagar uma crise para a qual não contribuíram.

O atropelo dos direitos e a desvalorização profissional, salarial e carreiras profissionais, têm provocado a desmotivação dos trabalhadores, o que leva a que muitos deles a irem para o sector privado.

O **SNS** tem carência de trabalhadores, pelo que é inadmissível que o próprio Estado promova a precariedade e a emigração de profissionais de saúde.

A convergência no protesto e luta entre os profissionais de saúde e as populações é essencial para travar estas intenções, como demonstraram as lutas que se desenvolveram em defesa da MAC ou do Instituto Oftalmológico Gama Pinto.

O SNS é um dos pilares fundamentais das funções sociais do Estado e um factor determinante da coesão social.

Por todas estas razões as organizações que constituíram a Plataforma em Defesa da MAC, decidiram alargar o seu âmbito de intervenção para a cidade de Lisboa, constituindo-se assim a PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS), contra a privatização, contra os encerramentos de serviços públicos, por um SNS de qualidade, ao serviço das populações, aberta a todas as organizações que subscrevam esta luta por uma mudança urgente de política que defenda:

1. O acesso universal aos cuidados de saúde e com maior qualidade no SNS;
2. Acabar com as Parcerias Público Privadas (PPP);
3. A redução dos custos com a saúde dos portugueses;
4. Mais meios humanos, técnicos e financeiros para assegurar a real equidade no acesso;
5. Melhor gestão com aproveitamento integral de todas as potencialidades e recursos;
6. Serviços com mais capacidade de resposta e mais próximos das populações, com medidas de reforço dos meios dos Cuidados de Saúde Primários (CSP);
7. Dignificação das carreiras e justas políticas remuneratórias de todos os trabalhadores da saúde.

PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

Comissão de Utentes da Cidade de Lisboa, Direcção Regional de Lisboa do Sind. Enfermeiros Portugueses, Movimento Democrático de Mulheres, Movimentos de Utentes dos Serviços Públicos, Sind. Médicos da Zona Sul, Sind. Trab. das Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, União dos Sindicatos de Lisboa – CGTP-IN

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2013